SÉRIE ESCOLAR

EDUCAÇÃO

Moral e Educação Cívica

1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Classes

do

Ensino
Primário
Elementar

Série Escolar EDUCAÇÃO

Moral e Educação Cívica

(1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Classes)

Ensino Primário Elementar

1937
EDITORA EDUCAÇÃO NACIONAL, L.DA
Rua do Almada, 125 — PORTO

Executado nas Oficinas Gráficas
da Sociedade de Papelaria, L.da
Rua da Boavista, 321 — Pôrto. 1937.

PRIMEIRA CLASSE

AS FÉRIAS DE PEDRO

A ENTRADA NA AULA

A sr.ª Jacinta perdera o marido muito cedo. Mineiro honrado e trabalhador, morrera num incêndio, sem poder despedir-se da mulher, que muito amava, e do filhinho, Pedro, a quem tinha muito afecto e que êle queria fazer homem.

Fazer homem o filho, era fazê-lo honrado e trabalhador, como êle próprio fôra sempre.

Mas o bom operário não pôde ter a satisfação de fazer do filho um verdadeiro homem. Ficou a pobre mãi com êsse filhinho de sete anos, e tendo apenas o recurso dos seus braços para ganhar o pão de cada dia.

*
* *

Mas Pedro estava na idade escolar, fazia sete anos no fim daquele triste mês de Setembro, em que lhe morrera o pai.

A pobre viúva resolveu matriculá-lo, e, no dia da abertura das aulas, foi levá-lo à escola, um lindo edifício, construído havia pouco tempo, no melhor sítio do bairro.

Era uma escola moderna, em que dava gôsto passar não apenas algumas horas, mas viver sempre, ventura, — aliás bem merecida, — que só podia gozar o professor.

Porque o professor Justino, homem que já passava dos cinqüenta anos, era muito bondoso, cumpridor dos seus deveres, e sabia ensinar muito bem.

* * *

— Senhor Professor — disse-lhe a infeliz viúva — eu venho trazer-lhe o meu filhinho. Queria que êle aprendesse a ler e fôsse um homem, como desejava o meu desgraçado marido. Mas bem sabe que sou pobre. Vivo apenas do produto do meu trabalho na fábrica. E a minha maior pena é não poder, ao meio-dia, mandar-lhe alguma coisa de comer. Trará sempre na sacola um pão, que é o que lhe posso dar; mas é tam pouco, senhor Professor...

Ora havia naquela escola uma cantina para crianças pobres, sustentada por senhoras caritativas da freguesia. E o bom professor Justino disse-lhe:

— Descanse, mulherzinha. Seu filho terá aqui

uma refeição. E, se êle se comportar bem e fôr aplicado, terá livros, papel, penas, tinta e lápis, tudo, emfim, que lhe fôr preciso para estudar.

A mãi retirou-se, chorando de gratidão, a dar graças a Deus; e o Pedrito ficou entregue aos cuidados do professor.

— Descanse, mulherzinha

*
* *

Não havia aluno mais humilde, obediente, aplicado e pontual do que êle. Aparecia na escola sempre muito limpo e lavado, seguia com atenção as lições do mestre. Nos recreios, corria e saltava como os outros; mas fugia dos folguedos violentos, com mêdo de estra-

gar o fatinho, pois bem sabia que a mãi não poderia tam cedo comprar-lhe outro, sem grande sacrifício. E andava sempre tam asseado, que era um gôsto vê-lo. Amigo de todos os condiscípulos, não lhe agradavam, contudo, os mais travessos, que em tudo mexiam, que se entregavam a brincadeiras estúpidas, correndo sem tino, empurrando-se, batendo uns nos outros, caindo no chão, revolvendo-se na terra, e aparecendo no fim do recreio com o fato rôto e manchado, com as mãos e a cara sujas e as pernas feridas.

Pedro fugia desses companheiros; mas tinha muita pena, quando os via ser castigados pelo mal que faziam.

E o professor tratava-o com afecto paternal, chamando-lhe mesmo filho, a cada passo. E tanto se acostumou o Pedro àquele tratamento que começou a ver no senhor Justino o seu segundo pai.

A RECOMPENSA

Aproximava-se o fim do primeiro ano escolar de Pedro, que já lia sofrivelmente, começava a escrever, conhecia bem tôda a matéria da primeira classe. Sentia-se satisfeito consigo mesmo, porque os beijos da mãi e os louvores do mestre lhe provavam que tinha procedido bem.

Mas fazia-lhe grande tristeza não poder ir à escola por algum tempo. Não sabia bem calcular ainda êsse tempo, mas parecia-lhe que lhe custaria muito a passar.

E fugia para os cantos, indo o professor encontrá-lo um dia, a chorar, junto do «Leão», um cãozinho com o qual muitas vezes brincava, e que se entretinha a lamber-lhe as mãos.

— ¿Que tens, Pedro? — preguntou-lhe o senhor Justino.

— Dizem que vai fechar a escola, senhor Professor.

— Fecha, mas torna a abrir, daqui a dois meses.

— Dois meses? ¿Não é muito tempo, senhor Professor?

Ora o senhor Justino tinha nos arredores da cidade uma casinha de campo, onde costumava passar as férias. Viúvo e sem filhos, tinha ao seu serviço uma vélha criada, a Mariana, que estava em casa dêle, havia muitos anos, e a quem considerava como pessoa de família.

— ¿Queres tu vir comigo para o campo?

— ¿Para onde, senhor Professor?

— Para uma casa que eu tenho na aldeia, aqui perto. De vez em quando, venho à cidade, e trago-te comigo para veres a tua mãi.

*
* *

Pedro chorou de alegria; e naquela noite não dormiu, a pensar no que seria a aldeia, que nunca tinha visto.

E, passados dias, partiu para o campo com o senhor Justino.

Alguns alunos assistiram à despedida, e o professor notou que eles estavam mal dispostos. Pedro tinha pena de os deixar, de os ver tristes, e parecia-lhe que seria muito maior o seu contentamento, se todos o pudessem acompanhar para casa do senhor Professor.

Não conhecia o mal da inveja, e o seu maior prazer seria que todos estivessem satisfeitos.

Pedro era bom.

A bondade é um sentimento que torna o homem querido dos outros e lhe dá felicidade. Fazendo bem aos nossos semelhantes, cumprimos um dever, e gozamos a melhor satisfação. A bondade é uma fonte de alegria.

*
* *

O professor ia dando a Pedro estas explicações no carro eléctrico que os levava para um dos arredores da cidade.

Depois de se apearem, andaram um pedaço da estrada a pé, viraram para um caminho de

aldeia entre muros baixos e sebes de silvas e arbustos, à beira dos milhos de haste ainda esverdeada e fôlhas amarelecidas. Nas ramadas, as uvas iam ficando, umas avermelhadas, outras côr de pérola. Mais adiante, por entre freixos e salgueiros, passava um regato, que eles atravessaram por um pontão de pedra. A um lado, em baixo, estava um rancho de lavadeiras, que, emquanto faziam a sua tarefa, cantavam alegremente.

— É ali a minha casa

— É ali a minha casa — disse o professor para a criança, mostrando-lhe uma vivenda alegre que se erguia numa colina, tôda branquinha de cal fresca, riscada de

trepadeiras em flor e com lindas rosas em vasos nas escadas.

Tudo mostrava cuidado e asseio. A senhora Mariana, que tinha vindo na véspera, havia pôsto as coisas um brinco, e acabava de esfregar o soalho da casa, quando chegaram o professor e Pedro. Nas cadeiras, nas mesas, nos armários, nas cómodas, nas paredes, não se descobria o menor sinal de pó. E o pequeno sentia-se bem naquela casa tam limpa e de aspecto tam agradável.

PARA SER HOMEM

No dia seguinte, ao almôço, o senhor Justino, vendo que Pedro tocava a mêdo nos objectos com receio de os sujar, disse-lhe:

— Fazes bem em ter cuidado, meu filho. Os cuidados higiénicos, ou de **limpeza,** são os primeiros que uma criatura humana precisa de ter. A limpeza é necessária não só para a saúde, como até para nos tornarmos agradáveis ao nosso semelhante.

«Estás sentado a esta mesa. Não comerias com prazer, com apetite, se não visses a toalha bem lavada e sem nódoas, os pratos, os talheres, os copos e os guardanapos muito limpos, e se a própria comida não mostrasse frescura e asseio,

Um cabelo ou uma môsca na sopa causavam-nos nojo. Mas é preciso que a esta limpeza exterior corresponda a do nosso corpo.

«As mãos sujas, o rosto enfarruscado, os dentes por escovar, os ouvidos porcos, o cabelo

Todos podem ser limpos

por pentear, o fato com nódoas, tudo são coisas feias que fazem fugir de nojo as pessoas que nos rodeiam.

«Tu és ainda pequeno, precisas por emquanto de quem te ajude a lavar, a vestir, a escovar. Foi o que eu fiz hoje. Mas o que eu fiz, para te ensinar, é o que terás de fazer a pouco e pouco sòzinho, para te acostumares a ser um

homem asseado, porque assim também começarás a ser um homem completo.

«A água é a nossa grande amiga, e devemos amá-la, como amamos as coisas mais queridas e que nos fazem bem.

Asseio e boa ordem

«Para haver limpeza, precisamos de água e de sabão. Com o tempo, meu filho, aprenderás como e quando te deves servir dêles.

«Lembra-te destas palavras que vêm nos livros:

Todos podem ser limpos, por mais pobres que sejam.

Quem traz o corpo sujo também não deve trazer a alma limpa.

A pobreza não é um vício; vício é a porcaria.

*
* *

Depois do almôço, foram ver as outras partes da casa e o quintal, que se estendia nas traseiras, em talhões de verdura.

Naquela casa, tôdas as coisas estavam no seu lugar, tudo bem arrumado; os móveis, as vassouras, as escôvas, os pentes, as toalhas, etc.

Na cozinha, havia o maior asseio e o melhor arranjo. Em tôdas as outras divisões da casa se notava o mesmo cuidado; os livros nas estantes, os jornais e revistas nas mesas, os vasos de plantas, tudo estava bem colocado.

Pedro ia vendo tudo aquilo, e mostrava-se admirado.

— Chama-se a isto **ordem**, meu filho, — disse-lhe o professor:

«A **ordem** é ter cada coisa no seu lugar. Os livros devem estar nas estantes, ou bem arrumados em cima da nossa mesa de trabalho, se precisamos de nos servir dêles; a roupa de que não usamos, nos baús, caixas, malas, cómodas ou guarda-vestidos; a louça, nos armários ou aparadores; as chaves nas cadeias

próprias, ou penduradas em pregos; os móveis, no lugar conveniente, segundo a sua utilidade.

«Quando se retiram os objectos do seu lugar, devemos colocá-los ali novamente, logo que nos tenhamos servido dêles.

«E, para que haja ordem completa, é necessário também fazer tôdas as coisas em devido tempo e com método. O levantar e o deitar, o comer, a arrumação e limpeza da casa, o tratamento dos animais, todos os trabalhos, emfim, próprios da nossa profissão ou ofício devem ser feitos quando se devem fazer.

«A **ordem** é precisa em tudo, porque poupa tempo e trabalho, evita incómodos e arrelias.

*
* *

Desciam para o quintal, quando bateram à porta. Era um lavrador vizinho, o senhor Simeão, que desejava falar com o professor, como lhe dissera na véspera.

—Como se vê fui **pontual,** senhor Justino: dez horas em ponto.

Quando o lavrador se despediu, o senhor Justino disse a Pedro:

—Ser pontual é ser cuidadoso em tudo, é fazer tôdas as coisas na hora própria, como já te disse. O homem que não é pontual é um desleixado, perde o seu tempo e faz perdê-lo aos outros. É, quási sempre, um homem inútil.

*
* *

Nisto, ouviram fora uma discussão. Era o lavrador que ralhava com a senhora Mariana, por não ter chamado a tempo o «Leão», que estivera quási a ferrá-lo nas canelas.

O lavrador mostrava-se zangado; a criada confessava a sua culpa e falava com brandura, de modo que o homem teve de vir às boas.

— Vês ali — disse o professor a Pedro — o que se chama uma pessoa delicada e uma pessoa malcriada. A Mariana, com as suas boas palavras, amansou a ira do camponês grosseiro e rude.

«A **delicadeza** é a qualidade principal de tôda a pessoa de educação, que se mostra nas boas maneiras, atenção e respeito para com todos, vélhos e novos, ricos e pobres, ignorantes e pessoas cultas, inferiores e superiores. É o melhor meio de desarmar a cólera».

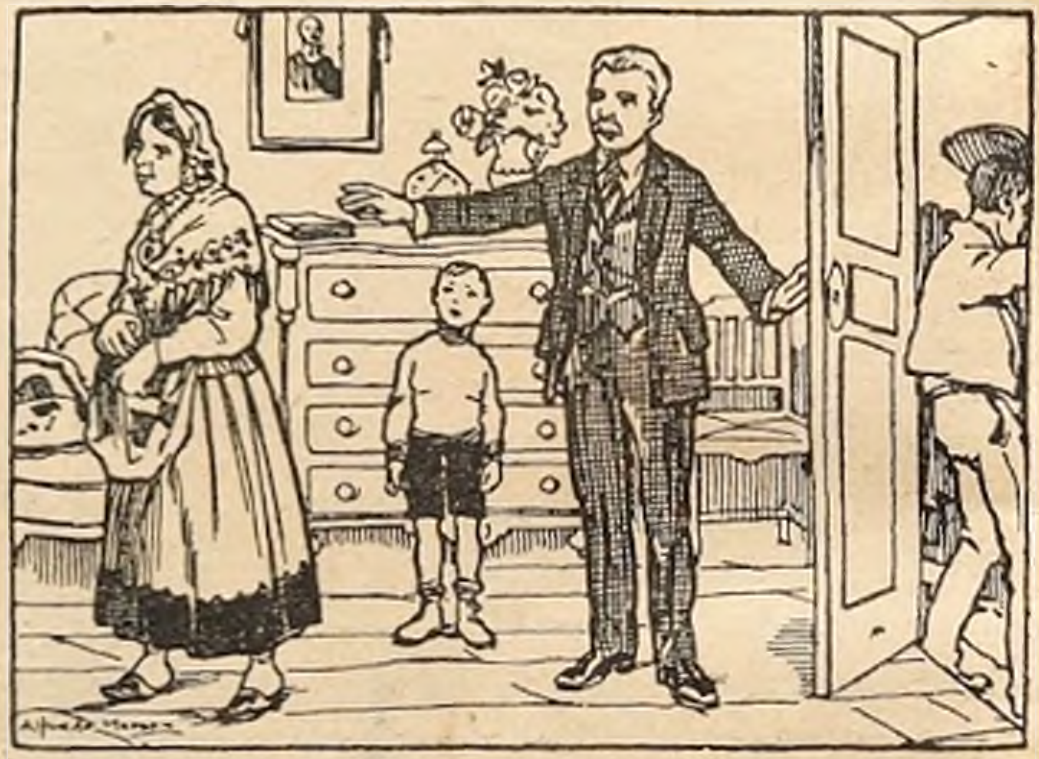
*
* *

Como a discussão continuava, embora em termos mais brandos por parte do lavrador, o senhor Justino chamou por Mariana, que *delicadamente* se despediu do homem e acudiu ao chamamento do amo.

—Vá para a cozinha, — disse-lhe.

E ela obedeceu logo.

— A **obediência** — explicou o professor, voltando-se para Pedro — está no cumprimento das ordens que nos dão. Deve-se, por isso, aos nossos superiores, às autoridades, aos que têm o direito de nos mandar: sem obediência não pode haver ordem.



— Vá para a cozinha

«Deve-se, porém, obedecer, seguindo sempre o caminho do dever, tendo sempre em vista a prática do bem. Para termos direito a ser respeitados, devemos respeitar-nos a nós próprios, não praticando actos maus; e devemos respeitar os direitos dos outros. É assim que faz quem tem dignidade.

«Ser **digno** é proceder sempre bem para consigo e para com os outros.

*
* *

«Tôdas estas qualidades de que falei formam a **boa educação.** O homem bem educado apresenta-se limpo, mostra cuidado e asseio no vestuário, tem ordem e método em tôdas as suas coisas; é pontual, trata os outros com bons modos, respeitando os superiores, sendo amável com os inferiores. Conhece-se o homem educado pela sua *apresentação* digna e pelas suas boas maneiras.

«Aprende estas verdades:

A delicadeza é uma moeda destinada a enriquecer aquele que a gasta.

Não será verdadeiramente homem quem fôr grosseiro nas suas palavras e actos.

Estas lições do primeiro dia de férias foram repetidas, emquanto Pedro esteve em casa do professor.

E, ao entrar na segunda classe da sua escola, Pedro, que tinha oito anos de idade, era já um homem pequenino: limpo, asseado, metódico, pontual, delicado, obediente, digno e temente a Deus.

Pelo cumprimento dos seus deveres, pela sua bondade, pelas suas boas maneiras, tinha o respeito e a estima de todos.

SEGUNDA CLASSE

AS FÉRIAS DE PEDRO

O FILHO ADOPTIVO

Pedro andava muito contente com o tratamento que lhe davam os condiscípulos, considerando-o filho adoptivo do senhor Professor e respeitando-o como tal. E procurava comportar-se de forma que não desagradasse ao mestre nem praticasse qualquer acto menos digno da estima em que o tinham.

No fim do ano escolar, o discípulo querido do senhor Justino lia correntemente, fazia exercícios de escrita quási sem erros e sabia admiràvelmente tôdas as matérias da sua classe, aritmética, geometria, geografia e desenho.

O senhor Justino, muito satisfeito com os progressos e bom procedimento do aluno, fazia-o passar todos os domingos e dias feriados na sua residência da escola; e, no fim do ano, levou-o novamente para a casa de campo.

* * *

Um dia, à hora da refeição, estando a ler um jornal, disse o professor ao seu filho adoptivo:

— ¿Queres ouvir, Pedro?

— ¿O quê, senhor, Professor?

— Em Santa Cruz, um rapazinho de dez anos entrou num quintal dum vizinho e, com um varapau, deitou ao chão todos os frutos ainda verdes dum pessegueiro...

— Fêz mal, senhor Professor. ¿E não lhe aconteceu nada?

— Veio o cão de guarda, que estava no quintal, e o garôto deitou a fugir; mas, ao saltar o muro, escorregaram-lhe as mãos, e o rapaz caiu, magoando-se muito nos joelhos, pelo que teve de ir curar-se à farmácia.

— Foi pena que se magoasse, mas êle merecia o castigo.

— ¿Reconheces então que há certos actos que são mal feitos, que não devem ser praticados, e que merece castigo quem os pratica?

— É verdade, senhor Professor.

— Dize-me uma coisa: se eu passar na rua e vir um pobre com um filhinho nos braços a pedir esmola, ¿que devo fazer?

— Dar-lhe a esmola, se puder, senhor Professor.

— ¿E essa acção será boa, ou será má?

— É boa. Devemos socorrer os que precisam mais do que nós, como o senhor Professor diz.

— Muito bem. Quem dá aos pobres, empresta a Deus. Vejo que aproveitaste as minhas lições

...se eu passar na rua e vir um pobre...

de moral durante o ano. O **bem** e o **mal** são duas coisas que a gente conhece sem pensar. Ao ver praticar um determinado acto, não há ninguém que não diga logo se êle é bom, ou se é mau. E, sendo assim, nós devemos evitar sempre os maus actos, e praticar os bons.

*
* *

Naquela tarde, o professor e o aluno foram passear pela aldeia. No extremo da povoação havia uma casinha modesta, mas de bom aspecto, à porta da qual brincavam duas crianças. Os pais estavam dentro: a mãi a preparar a comida na cozinha, e o pai a trabalhar em calçado.

— Ó senhor Professor, por aqui? — exclamou o sapateiro, ao vê-lo. — Queira entrar e descansar um bocadinho.

O professor fêz-lhe a vontade.

Quando se retiraram, disse o mestre para o aluno:

— Uma excelente *família,* meu filho. Já te disse o que é uma **família:** a reünião de várias pessoas ligadas umas às outras por laços de parentesco: pais, avós, filhos, irmãos, netos, tios, sobrinhos. O parentesco mais forte, mais íntimo e mais nobre é o que existe entre pais e filhos, entre avós e netos.

*
* *

«A família foi a primeira forma que a sociedade teve no mundo. Já te disse que uma criança, para ser homem, tem de começar por ser limpa, metódica, pontual, delicada, obediente e digna. Quási tôdas estas qualidades

de nada valeriam nem seriam precisas, se nós vivêssemos sòzinhos, separados de todos os outros. Ora nós não podemos viver sòzinhos. Precisamos da ajuda dos outros, para ter alimentos, roupa, calçado, para construir a casa em que habitamos, e até para aprender a falar, a ler, a escrever, a conhecer as coisas tôdas que vemos no mundo. O homem só, embora seja muito inteligente, nada aprende, nada faz, sem o auxílio dos outros, sem se aproveitar da experiência dos mais vélhos, que por sua vez já aprenderam dos que vieram ao mundo antes dêles.

«O primeiro grupo de auxílio mútuo, de ajuda de uns aos outros, que se formou, foi a *família*. Depois, como a família, por sua vez, não podia viver só, agruparam-se, reüniram-se várias famílias, e formaram a cidade, ou município. Por fim, as cidades ou municípios, reünidas em distritos, em províncias, como se diz no nosso país, formaram a *nação*. E assim temos as três formas ou graus do que nós chamamos a sociedade: a **vida familiar,** a **vida municipal** e a **vida nacional.**

Mais tarde, porém, compreenderás isto melhor.

*

* *

Pelo caminho o professor continuou dizendo: «O nosso primeiro e maior amor deve ser

consagrado a Deus, aos pais e aos avós. Dêles recebemos a vida, os primeiros cuidados, quando éramos pequeninos, o sustento, o vestuário, o calçado, a educação, tudo de que necessitamos para ser um dia homens. Devemos, por isso, amá-los muito, nunca lhes dar desgostos, ter-lhes profundo respeito, obedecer-lhes em tudo que fôr justo, e prestar-lhes todo o auxílio de que necessitem e que lhes pudermos dar, pagando-lhes assim um pouco do bem que nos fizeram.

«Depois, devemos estimar e querer bem aos nossos irmãos, que são filhos do mesmo pai e da mesma mãi, que têm nas veias o mesmo sangue, que vivem quási sempre debaixo do mesmo teto, compartilhando as nossas alegrias e tristezas. Os mais vélhos devem auxiliar os mais novos, principalmente quando faltam os pais, e os mais novos respeitar os mais vélhos.

«A família é formada, como já disse, pelos pais, avós, tios, irmãos, primos, padrinhos e até pelos próprios criados que nos servem, e aos quais devemos tratar com bons modos e carinho; e deve estender-se também aos condiscípulos, aos amigos, aos superiores, a todos os que fazem parte da sociedade, porque a sociedade é uma associação de famílias, isto é: a reünião de indivíduos para o mesmo fim, que deve ser o bem comum.

*
* *

Certa manhã, andando a passear com Pedro, o professor disse-lhe:

— Hás-de ouvir falar um dia em direitos e deveres. Fica sabendo que em moral só existe o **dever.** Fazer ou praticar o bem é, pois, uma obrigação de tôda a criatura que vive no mundo.

— Se assim fôsse, não haveria maus, senhor Professor.

— É certo. Mas se há, infelizmente, maus, é por estes não cumprirem o seu **dever,** que vem a ser a prática do bem. E, se todos cumprissem o seu dever, o mundo, meu filho, seria um paraíso, pois todos nós viveríamos nêle como verdadeiros irmãos, amando-nos uns aos outros, pobres e ricos, superiores e inferiores, tratando com o mesmo respeito e carinho o humilde operário que trabalha na minha horta, ganhando honradamente o pão de cada dia, e aquele brasileiro que tem um palácio à beira da estrada e vive luxuosamente dos seus rendimentos.

— Mas, senhor Professor, dizem que êsse brasileiro é um homem muito mau, que não dá esmola aos pobres, que às vezes chega a açular-lhes os cãis... ¿Também devemos ser amigos dêsse homem?

*
* *

— Êsse homem é realmente mau, porque não cumpre o seu dever. Primeiro, não cumpre o seu dever de rico, porque não reparte com os pobres aquilo que lhe sobra das suas necessidades, como é obrigação de todo aquele que possue riqueza. Depois, não cumpre o seu dever de homem, porque trata mal o seu semelhante, não o estimando, não o respeitando e amando, como é obrigação dos homens uns para com os outros. E ainda, porque não pratica o que a Igreja ordena que é o fazer bem até aos próprios inimigos. E, por isso mesmo que todos temos êste dever, não podemos tratar mal êsse homem, porque se não devem tratar mal aqueles mesmos que nos parecem nossos **inimigos.** Andam por caminhos errados, meu filho, e devemos perdoar-lhes, ser generosos para com êles, fazer-lhes mesmo todo o bem que pudermos, porque é essa a melhor forma de êles se tornarem bons.

— Mas, quando procedem mal, ¿não hão-de ser castigados?

— Todo o homem que pratica actos condenáveis, que é mau, culpado ou criminoso, merece castigo. Mas uma sociedade bem organizada tem as suas leis de defesa. E é só pelo *poder das leis* que êsses homens devem ser casti-

gados. Mas não somos nós, cada um de per si, que os devemos castigar ou condenar. E na outra vida é Deus que os há-de chamar a contas.

«Fixa estes ensinamentos, meu filho, que são a base do dever moral em que eu venho falando:

MÁXIMAS

Não há homem virtuoso, desde que não comece por amar a Deus e ao próximo.

O amor da família deve estender-se a todos os nossos semelhantes, incluindo os próprios inimigos, porque todos fazem parte da mesma humanidade.

Por muito infelizes e desgraçados que nos julguemos, há sempre outros mais infelizes e desgraçados do que nós, e que, por isso mesmo, merecem a nossa protecção e o nosso auxílio.

Deve-se fazer o bem sem olhar a quem se faz, e ninguém faça mal que espere receber bem.

A única recompensa do bem praticado é a satisfação e a tranqüilidade da consciência de cada um, sendo a consciência que em nós indica o que é bom e o que é mau.

Não basta canhecer o **bem**: *é necessário* **querer** *praticá-lo.*

Feliz o que, ao acordar, afirma: «Quero ser hoje melhor do que ontem».

«E aprende também estas verdades que dizem respeito à escola:

A escola é o lugar onde a nação instrue as crianças que hão-de ser a nação de amanhã.

Pela escola uma única pessoa pode instruir os filhos de muitas famílias, emquanto os pais trabalham.

O homem que depois de teus pais e teus avós mais deves respeitar é o teu mestre.

Saibamos viver com os nossos companheiros de escola, para mais tarde sabermos viver com os homens.

Quem tem muito deve dar muito, quem tem pouco dá pouco, mas sempre de boa vontade.

Com o teu ouro dá o teu coração.

Praticai sempre a caridade, fazendo a esmola àqueles que estão na miséria, aos doentes e a todos os que sofrem fome e sêde de justiça.

A maneira de dar vale muitas vezes mais do que aquilo que se dá.

TERCEIRA CLASSE

AS FÉRIAS DE PEDRO

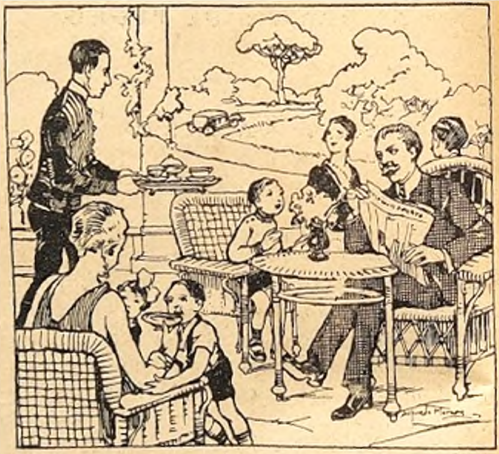
EM FAMÍLIA

A aplicação e o bom comportamento de Pedro foram conquistando cada vez mais o coração do professor Justino, que o tratava agora como verdadeiro filho, fazendo-o compartilhar constantemente a sua mesa e abrigando-o sempre debaixo do seu teto.

Concluída a 3.ª classe com aproveitamento igual ao das anteriores, o professor não se contentou, naquele ano, com levá-lo para a sua casa de campo. Como tinha os seus achaques, devidos à idade, resolveu ir passar uns quinze dias numa estação termal, e fêz-se acompanhar do filho adoptivo, para lhe recordar, num meio social diferente, as lições de moral que lhe tinha ensinado durante o ano.

O INDIVÍDUO

Num dia ardente de Agôsto, estavam ambos sentados no terraço dum hotel, onde se tinham alojado. Havia senhoras e cavalheiros sentados



Em dada altura, foi servido o chá com torradas e bôlos

em cadeiras de vêrga, em volta de pequenas mesas, uns lendo, outros palestrando. Num espaço mais livre do terraço brincavam muitas crianças.

Em dada altura, foi servido o chá com torradas e bôlos.

— ¿Posso servir-me também, senhor Professor?

— Podes. Esta refeição leve não prejudica a saúde. Há mesmo quem afirme que o chá auxilia a digestão. Mas lembra-te de que nunca devemos comer nem beber em excesso, por forma a sobrecarregar o estômago. Já o simples facto de precisarmos de auxiliar a digestão pode significar que praticamos abusos na comida ou bebida. E o mais feio vício, meu filho, é sermos o que se chama inconvenientes, imoderados às refeições. É melhor ficarmos com vontade de comer e de beber do que comer e beber em excesso. A alimentação excessiva e o exagerado uso de bebidas provocam um grande número de doenças, que nos arruínam a saúde e abreviam a existência. Há uma qualidade que devemos possuir todos, e que se chama *temperança*. Consiste em comer e beber só o preciso, só aquilo que saibamos nos não possa ser prejudicial, estragando-nos a saúde e tornando-se molestos, incómodos aos outros. A gula é um pecado mortal.

* * *

Quando se retiraram para o quarto, passaram em frente da cozinha e viram a grande faina dos preparativos para o jantar.

— Aqueles homens — disse o professor Jus-

tino a Pedro — trabalham e sacrificam-se por nós. Tenho-te dito que o homem não pode viver sòzinho, isolado dos outros. Precisamos de nos ajudar todos mùtuamente, cada qual na ocupação que puder alcançar ou a que resolver consagrar-se.

Passaram em frente da cozinha...

Ora, para que isso se realize, é absolutamente necessário que sejamos bem formados, isto é: que possuamos tôdas as virtudes, qualidades e atributos que nos habilitem a prestar os serviços que o dever moral e social de nós exige.

«Primeiramente, devemos procurar nunca ser pesados aos outros, fazendo o possível por viver do nosso próprio esfôrço. Mas como, em geral, o homem precisa do auxílio alheio, temos de prestar aos outros aqueles serviços que eles a si mesmos não podem fazer, por incapacidade física ou por exercerem uma profissão diferente da nossa.

«E a primeira condição imposta ao homem, quer como indivíduo, quer como membro da sociedade, é o *trabalho*.

«O *trabalho* é a lei geral da vida. Dêle nasce a fartura, o bem-estar, a saúde, a alegria de viver. Dado ao homem como castigo, transformou-se no seu resgate, na sua libertação.

«O ocioso é um homem inútil, para si e para os outros.

«Mais ainda: é um pesadelo para os seus semelhantes, e torna-se aborrecido, detestado de todos.

«Só o *trabalho* ennobrece e dignifica.

«O que não trabalha não tem direito a viver, caso não seja um inválido, enfermo ou estropiado.

«Mas há uma virtude indispensável em todos os nossos actos: é a *sinceridade*.

«A *sinceridade* é irmã da franqueza e da lealdade.

«Embora se não devam dizer sempre tôdas

as verdades, principalmente quando elas possam molestar, sem proveito, os nossos semelhantes, é preciso, contudo, nunca fazer nem dizer coisa diferente daquilo que pensamos ou sentimos.

«E a *sinceridade* é uma alta virtude, quando nos leva a reconhecer e a confessar os nossos próprios defeitos, vícios e culpas, porque essa confissão é já um acto de arrependimento e um propósito de emenda.

«E há outras duas virtudes que são auxiliares da sinceridade: a **modéstia** e a **coragem.**

«Pela *modéstia,* evitamos o orgulho, a vaidade, a ostentação, êste ar enfatuado que tu notas aqui em tanta gente que se julga superior aos outros pela riqueza, pelo talento, pela sua posição social.

«Repara em que todos somos homens, em que o homem não é isento de defeitos, em que devemos, portanto, perdoar as faltas uns dos outros, em que devemos todos uns aos outros aquele auxílio e protecção de que tenho falado.

«Repara, principalmente, em que todos somos iguais como membros da mesma humanidade e nos devemos tratar como irmãos, vivendo modestamente, humildemente, praticando a abnegação, que consiste em pôr de parte os nossos próprios interêsses, para cuidar

dos interêsses dos outros, principalmente dos que são mais pobres e necessitados do que nós.

«Para conseguirmos isto, para sermos inteiramente bons, dedicados, sinceros, modestos, humildes, é necessário possuirmos aquilo que se chama *fôrça de vontade*.

«É necessário *querer*. E, para querer, temos de realizar um grande esfôrço contra as nossas inclinações naturais que nos possam arrastar para o mal.

«Para realizar um esfôrço, precisamos de *coragem*.

«A *coragem* é uma virtude que nos dá ânimo para vencer tôdas as dificuldades da vida e para praticar todos aqueles actos que o cumprimento do dever, isto é, a prática do bem exige de nós.

«Pela *coragem*, o homem pode chegar a atingir o *heroísmo*, no esfôrço que emprega para dominar os vícios e paixões.

«É o *heroísmo* que leva muitas vezes a praticar actos valorosos, que parecem superiores às nossas próprias fôrças humanas.

O HOMEM SOCIAL

No dia seguinte, à hora do chá, levantou-se num grupo de hóspedes uma calorosa discussão política e religiosa.

Cada um pretendia impor a sua opinião pessoal, e os ânimos chegaram a azedar-se, havendo uma troca de frases pouco delicadas.

No recanto em que se encontravam, o professor aproveitou o ensejo para elucidar o aluno:

—«Tenho-te falado já das virtudes e qualidades que são necessárias ao homem como ser isolado e como ser social. Mas, afinal, é sob êste último aspecto que elas têm préstimo e valor, por isso que o homem vive sempre em contacto com os outros.

Levantou-se num grupo de hóspedes

«Às que já enumerei, devo acrescentar agora esta a *tolerância*. Todos nós podemos ter as crenças e opiniões que muito bem entendermos, porque somos livres para crer ou não crer, para seguir esta ou aquela corrente política, social ou religiosa.

«Tudo está em que sejamos absolutamente

sinceros, não contrariando as leis do país, não dizendo hoje uma coisa e amanhã outra, não apoiando e louvando hoje o que ontem reprovámos e condenámos, a não ser que reconheçamos estar em êrro, e nobremente o confessemos.

«E assim como não queremos que os outros pretendam contrariar as nossas crenças, ideas e opiniões, impondo-nos as deles, assim também nós devemos respeitar as dos outros embora as possamos discutir quando as reputamos más.

«É a isto que se chama *tolerância,* que nos faz ser delicados e também bondosos para com todos. Porque, se tivermos *bondade,* aquela grande virtude de que já te falei na primeira classe, nós saberemos respeitar todos os outros, não lhes dirigindo palavras ásperas e ofensivas, não tentando obrigá-los a pensar e a sentir como nós, não os contrariando, e, muito menos, violentando.

«E, como há homens fracos, que praticam excessos, exageros, abusos, e obedecem a paixões, a impulsos instintivos que os tornam às vezes maus e ferozes, nós, pela *bondade,* e pela *tolerância,* saberemos desculpá-los, perdoando-lhes, e reconduzi-los mesmo à razão e à justiça, tornando-os, por sua vez, bons, delicados e tolerantes. O amor deita por terra o ódio.

*
* *

O quarto onde dormiam não primava sempre pelo asseio e boa ordem.

Nos hotéis há às vezes destas faltas imperdoáveis.

Pedro fazia já freqüentes reparos a êste respeito, e o professor Justino aproveitava a oportunidade para repetir as suas lições.

— «O *asseio* é condição da higiene, e a higiene é a base da saúde.

«Devemos ter asseio connosco e com tudo que nos rodeia: no corpo, no fato, na cama, nos móveis, em todos os objectos de uso.

«Se sentimos asco e repugnância pelas pessoas porcas, imundas, se êste quarto nem sempre tem a limpeza e boa ordem que nós desejaríamos, é necessário que pessoalmente não nos tornemos réus das mesmas culpas, a-fim-de não causarmos aos outros repulsão e aborrecimento.

«O homem metódico organiza o seu trabalho a horas certas, coloca tôdas as coisas no seu devido lugar, regulariza a sua vida, estuda as suas receitas e despesas, procura não gastar nunca mais do que pode ganhar, e tem, ao contrário, a preocupação de *economizar* sempre alguma coisa para um caso de doença, de falta ou impossibilidade de trabalho.

«A sociedade tem hoje instituïções de *assistência* e *previdência* que coadjuvam êste esfôrço isolado do homem, promovendo a realização daquele auxílio mútuo que todos nós devemos uns aos outros, e que tem de ser o resultado dos esforços isolados de todos.

— «Mas, se há essas instituïções — objectou Pedro — se os homens vivem do auxílio mútuo, não me parece que seja preciso empregar pessoalmente um esfôrço tam grande como o senhor Professor diz.

— «Estás enganado, Pedro. É necessário ajudar os outros, porque todos são fracos, afinal; mas cada um deve contar com o seu próprio esfôrço, com os recursos do seu braço ou do seu cérebro, tendo sempre apenas *confiança em si próprio*.

«Se nos atemos aos outros, podemos enganar-nos, ou porque os sobrecarreguemos em excesso, ou porque eles se recusem em dado momento a auxiliar-nos.

«Devemos, pois, medir as nossas fôrças, e com elas contar sòmente. E, se tivermos fôrça de vontade, ânimo, coragem, se *quisermos*, visto que «querer é poder», realizaremos prodígios e maravilhas, com as nossas próprias energias.

«Poderemos praticar até aqueles actos de heroísmo de que já te falei.

«Mas isto não quere dizer que sejamos imprudentes, irreflectidos, isto é, que façamos as coisas levianamente, estouvadamente, sem pensar nas conseqüências que podem resultar dos nossos actos.

«A *prudência* é a medida da *confiança* que devemos ter em nós mesmos.

«Ter prudência e cautela, moderação e reflexão, antes de proceder, antes de nos decidirmos a praticar qualquer acto, e usar, depois, de firmeza e resolução, são as condições essenciais do triunfo na vida.

«E como cúpula, como remate de todo êste edifício moral, vem a *honra*, meu filho.

«A honra é a qualidade que nos faz ser honestos, dignos em todos os nossos actos. Desvia-nos do caminho do mal, para nos fazer seguir apenas o caminho do bem.

«Ser honrado é cumprir o dever, é manter a palavra dada, é respeitar os compromissos tomados, é conservar puro e imaculado o nosso nome, é evitar a prática de qualquer acção que possa prejudicar a propriedade dos outros, ofender qualquer dos seus direitos.

«Ser honrado é proceder de forma que nunca a nossa consciência nos possa acusar de havermos praticado uma acção menos digna, imprópria dum homem...

«Fixa estas máximas

Não se deve fazer mal a ninguém.

Entre pessoas honradas, vale tanto a palavra como o escrito.

É um grande mal não praticar o bem.

Quem nada faz, nada vale.

A verdadeira riqueza da vida é a afeição; a verdadeira pobreza é o egoísmo.

O interêsse pessoal é o prolongamento em nós da animalidade; a humanidade só começa no homem com o desinterêsse.

Disse um grande filósofo, Diderot:

«Se tivesse de educar um filho, ¿que procuraria fazer primeiro?» E respondia a si mesmo: «Fazer dêle um homem de bem. Que fôsse, primeiramente, bom; depois, seria grande, se pudesse».

A instrução é a primeira das riquezas.

A ignorância não é apenas uma vergonha, é um perigo.

Eu creio que a religião é ainda mais necessária nesta vida do que na outra.

Joubert.

O homem que não tem religião é um animal terrível que só sente a liberdade quando despedaça e devora.

Quanto mais penetrardes no seio da natureza, mais admirareis e respeitareis profundamente o seu Autor.

QUARTA CLASSE

AS FÉRIAS DE PEDRO

EM VIAGEM

Tendo agora aquele *filho,* cuja educação desejava completar, para fazer dêle homem, como fôra aspiração ardente do pai — o pobre operário que a morte arrebatara — o professor Justino via-se obrigado a fazer economias restringindo o mais possível as suas despesas domésticas, e aproveitando todos os ensejos que se lhe ofereciam para obter um acréscimo de receita em trabalhos suplementares, fora das aulas.

Ao concluir a quarta classe, com dez anos de idade, Pedro era já um homemzinho, nos modos e atitudes, na forma como discorria sôbre todos os assuntos que se lhe apresentavam na vida corrente, no tino que revelava a prática de todos os seus actos.

Desejando proporcionar-lhe um campo mais vasto de observação, o professor realizou um

grande esfôrço de economia para lhe mostrar novas terras, novos usos e novos costumes, e levou-o a Lisboa, a capital da Nação.

Aproveitou a ocasião para repetir e desenvolver as lições de moral e ensinamentos de

Era a primeira vez que Pedro viajava...

educação cívica que lhe ensinara na quarta classe.

Era a primeira vez que Pedro viajava em combóio rápido, e admirava-se de tudo que via, impressionando-o principalmente a grande velocidade da marcha.

O CARÁCTER

— «Tudo isto é devido à inteligência do homem» — disse-lhe o senhor Justino. — «E estas maravilhas do cérebro humano têm por fim proporcionar maior bem-estar à humanidade. É o amor do seu semelhante que orienta, que move os grandes sábios e inventores.

«É que o homem não só possue a inteligência — faculdade de espírito que lhe permite compreender, raciocinar e formar assim ideas — mas é dotado de sentimentos, qualidades do coração, que o levam a ter afecto aos seus semelhantes — **amor do próximo.**

«Mas estes dois grandes tesouros seriam incompletos, ineficazes, se não houvesse um terceiro que os impulsiona e dirige: a *vontade*.

«O homem pode ser inteligente, possuir um espírito brilhante, um grande fundo de bondade; mas isso pouco ou nada vale, se não souber *querer*, se não tiver fôrça de vontade para se dominar a si mesmo, coragem para realizar o que pretende fazer, confiança no próprio esfôrço, para que os seus actos correspondam aos seus desejos e sejam benéficos para os outros.

«É ao conjunto destas qualidades que nós chamamos *carácter*.

«Ter *carácter* é saber querer; mas o *querer* só se pode empregar na prática do *dever*, que é sinónimo do *bem*».

A CONSCIÊNCIA MORAL

«Já te disse que, instintivamente, nós distinguimos o que é bom do que é mau.

«Mas o homem tem duas espécies de *instintos*.

«Uns, como os dos animais, são cegos e impetuosos, levam o homem à prática do mal quando não tem fôrça para reagir contra as paixões; outros são próprios do homem, chamam-se instintos superiores, e dirigem-nos pelo caminho do bem.

«Há uma espécie de voz interior que nós podemos ouvir sempre que resolvemos praticar qualquer acto.

«E essa voz diz-nos logo se o que vamos fazer é bom ou mau, como, depois do acto praticado, nos diz se fizemos bem ou mal. É a voz da *consciência*, é a nossa *consciência moral*, que nos distingue de todos os outros animais, que nos faz ver claramente a diferença que há entre o que é justo e o que é injusto.

«Com esta faculdade que tem o homem, e com a fôrça de vontade — a *coragem*, *a confiança em si mesmo*, o *querer* sinceramente e a valer—com um *carácter*, emfim,—nós pode-

mos dominar todos os instintos cegos da natureza humana e nortear-nos apenas pelos *instintos superiores*, que fazem de nós homens bons, verdadeiros homens, úteis aos outros».

UM IDEAL

«Mas o homem — continuava o professor Justino — não deve apenas ser bom e praticar o *Bem*: deve também conhecer o *Verdadeiro* e amar o *Belo*.

«*Bondade, Verdade, Beleza moral* — três qualidades que devem constituir o objectivo da vida espiritual do homem digno dêste nome, do homem que tem *carácter* firme e *consciência* esclarecida.

«Formam o que se chama **um ideal.**

«Ter um *ideal*, como diz o grande moralista francês F. Buisson, é possuir uma pessoa, para animar tôda a sua vida, um coração quente, um espírito livre e uma vontade recta: é amar, pensar e proceder, não com a vida do interêsse próprio, o que é um sentimento mesquinho, mas no bem de todos, o que é um sentimento nobre.

«É arranjar asas para atravessar alegremente os ares, em vez de se arrastar pelas pedras e silvados; é respirar a plenos pulmões, em vez de vegetar miseràvelmente; é, em vez de descer contìnuamente, subir sempre, e cada vez mais alto.

«O Bem, o Verdadeiro e o Belo são as três estrêlas que iluminam o caminho da existência. E é êste ideal que o homem procurou atingir sempre, desde que apareceu no mundo.

«Fixa bem estas máximas:

PENSAMENTOS

«**Pode um homem possuir espírito, ciência, génio e aliás não ter carácter**» — disse Lacordaire.

«**Quem não tem carácter, não é um homem, é uma coisa**» — afirmou Chamfort.

O homem não é, como um animal, governado apenas pelo instinto: é um ser racional, iluminado pela sua consciência.

Obedecer à consciência é proceder em harmonia com a razão, é proceder bem; noutros termos: é proceder como homem, e não como bruto.

Querer é poder.

«**Ter um ideal é ter uma razão de viver**» — disse Léon Bourgeois.

CARIDADE E JUSTIÇA

Em Lisboa, um grande meio diferente de todos aquêles que até ali conhecia, Pedro andava confuso e espantado.

Caridade

E parecia-lhe que os homens não mostravam sempre uns para com os outros aquelas boas maneiras, aquelas atenções que o senhor Professor dizia devermos ter com os nossos semelhantes.

— «É nos grandes meios» — dizia-lhe o Mestre — «que mais falta fazem as virtudes individuais em que eu tenho falado, e sem as quais não há sociedade humana perfeita.

«A mais bela dessas virtudes é a que se chama *caridade*.

«*Caridade* é uma palavra muito antiga que quere dizer *amor*.

«Quem dá esmola e presta um serviço ao seu semelhante e não o faz com amor, com intima satisfação e alegria, com uma grande afeição por aquêle que socorre ou serve, pratica uma acção que não tem merecimento. É como se nada tivesse feito.

«Devemos amar o próximo, socorrendo os pobres e desgraçados, consolando os que sofrem, ajudando os fracos e enfermos.

«Mas, se a caridade se deve exercer de preferência com os inferiores, os deveres da *justiça* impõem-se para com todos os homens. É necessário amar o próximo, todo o próximo. Mas, ainda acima disso, devemos reconhecer que todos os outros homens têm direitos iguais aos nossos, e que só poderemos ver respeitados os nossos direitos quando respeitarmos os dos outros».

A *Justiça* consiste em dar a cada um aquilo que lhe é devido, aquilo a que tem direito.

Os dois grandes mandamentos da caridade e da justiça como Cristo quere, são estes:

Não faças a outrem o que não queres que te façam a ti.

Faze aos outros o que desejarias que te fizessem a ti.

A SOLIDARIEDADE

Um dia, depois de visitarem o Jardim Zoológico, disse o professor:

—«Entre aquêles animais que viste, há alguns que lutam ferozmente. Mas são em pequeno número; o leão, o tigre, a hiena, o lôbo, e mais alguns. Fica sabendo que em geral os animais não perseguem nem atacam os seus semelhantes. Pelo contrário, na sua maioria, auxiliam-se mùtuamente e defendem-se uns aos outros. Assim o fazem o gado cavalar e o vacum, se pressentem a proximidade do lôbo; certas aves, quando se aproxima o inimigo, reünem-se tôdas, por instinto de defesa; e há insectos, como as formigas e abelhas, que dão admiráveis exemplos de auxílio mútuo, de **cooperação.**

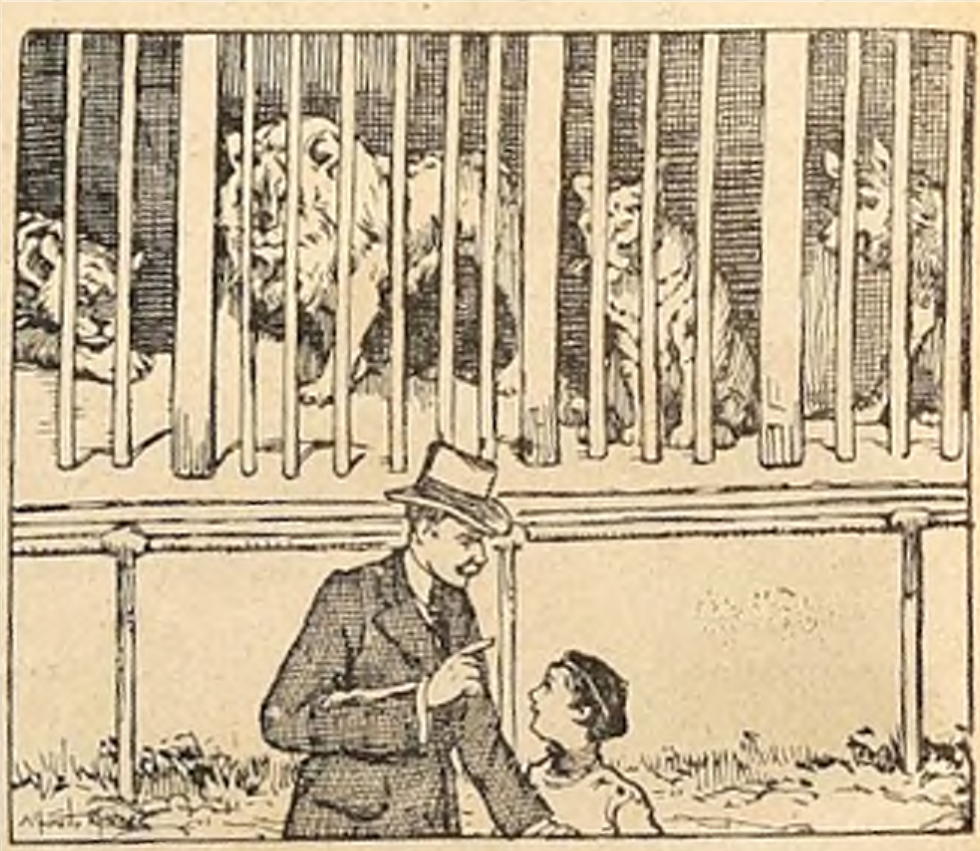
«*Cooperar* é fazer em conjunto aquilo que cada um não pode fazer isoladamente.

«A cooperação é a condição da existência da humanidade.

«Não basta não fazer mal a outrem; é necessário que cada um concorra com a sua parte para o bem da comunidade.

«A sociedade humana é uma imensa cooperativa, na qual ninguém pode ter o direito de reclamar vantagens, sem tomar parte nos encargos.

«O mundo seria inhabitável, e despovoar-



Um dia, depois de visitarem o Jardim...

-se-ia em pouco tempo, se cada um tivesse de prover a tudo de que precisa, e não trabalhássemos todos uns pelos outros.

«Todos os sêres que se defendem uns aos outros e correm os mesmos riscos, por exemplo: os associados num negócio comercial, os sol-

dados envolvidos no mesmo combate, os mineiros que trabalham numa mina, os passageiros embarcados no mesmo vapor, os habitantes dum país invadido por uma calamidade — a peste, a fome, a guerra, — são *solidários* entre si, isto é: precisam uns dos outros.

«Esta dependência em que todos estão uns dos outros e esta necessidade que todos sentem de se auxiliarem mùtuamente, é o que se chama a *solidariedade* humana.

«O homem, como tantas vezes te tenho dito, não é um ser isolado: vive em contacto com outros, faz parte da humanidade».

«Tem, portanto, o dever de ajudar os outros homens, de cooperar com êles, para que, por sua vez, seja por êles ajudado.

Disse um sábio:

«*O homem não é nada sem a sociedade.*»

E um filósofo:

«*Todo o homem é obrigado a procurar, com tôdas as suas fôrças, o bem dos outros; não vale nada quem não é útil a ninguém.*»

E um poeta:

«*Sou homem, e nada do que é humano me deve ser estranho*».

OS VÍCIOS DO HOMEM E AS VIRTUDES CONTRÁRIAS

Depois duma visita à Penitenciária, disse o professor a Pedro:

— «Êsses desgraçados que viste e que estão cumprindo a pena a que a sociedade os condenou pelos seus maus actos, pelos seus crimes, são a prova de que o homem não é um ser perfeito.

«Por defeitos de constituïção orgânica ou de educação, são muitas as suas imperfeições, e será mesmo difícil encontrar um homem completo, absolutamente perfeito, no ponto de vista moral.

Depois de uma visita à Penitenciária

«São muitos os vícios e defeitos que freqüentes vezes levam o homem à prática de crimes, que a sociedade tem de reprimir e castigar:

«Há homens que são *soberbos* ou *avarentos, coléricos, glutões, preguiçosos, invejosos, maldizentes, caluniadores, levianos, pérfidos, teimosos, egoístas, etc.*

«Mas, com a educação e reflexão, todos estes defeitos podem ser corrigidos, se tivermos fôrça de vontade para lhes opôr as virtudes contrárias:

à *soberba*	a *humildade;*
à *avareza*	a *generosidade;*
à *cólera*	a *paciência;*
à *gula*	a *temperança;*
à *preguiça*	a *actividade;*
à *inveja*	a *caridade;*
à *maledicência*	a *indulgência;*
à *calúnia*	o *perdão das injúrias;*
à *perfídia*	a *lealdade;*
à *teimosia*	a *condescendência justa;*
ao *egoísmo*	o *altruísmo, a caridade (amor do próximo);*

etc., etc.

«São estas e outras as virtudes individuais, sem as quais não pode haver um ser social perfeito.

«Um homem nunca deve ser escravo das suas paixões.

«Lembra-te desta sentença muito antiga:

Mais valente é o homem que domina o seu ânimo do que o que vence cidades.

A SOCIEDADE HUMANA

Família, Pátria, Humanidade

— «¿Por que é que Lisboa é a capital do país?» — preguntou um dia Pedro.

— «Porque é em Lisboa que se encontram os principais poderes do Estado e da Nação.

«Disse-te já que a sociedade começou pela Família; depois a reünião de famílias formou o Município; e, por fim, da junção dos municípios formou-se a Nação.

«Mas ao lado de cada nação há outras muitas; e se nós as não conhecemos nem amamos tanto como a nossa, porque é a nossa Pátria, não as devemos, contudo, ignorar. Devemos a tôdas o respeito de que desejaríamos ver rodeada a nossa.

«E é o conjunto, o agrupamento dessas nações, que constitue a sociedade humana, ou a *Humanidade.*

«Mas cada nação isolada tem um carácter novo: chama-se *Pátria.*

«Uma criança não se deve limitar a saber que nasceu numa determinada aldeia ou freguesia, e que essa freguesia pertence a um concelho, o concelho a um distrito, e que êsse distrito faz parte duma província. Tem de saber ao mesmo tempo qual a sua nacionalidade, isto é: qual a sua Pátria.

«Quere isto dizer que a criança deverá saber que, entre milhões de homens que habitam a terra, há um certo número dêles que vivem no mesmo país, falam a mesma língua, se regem pelas mesmas leis, se alistam sob a mesma bandeira. Assim todos os indivíduos nascidos em Portugal são portugueses. Portugal é a sua Pátria.

«Todos devemos amar a nossa Pátria, procurando torná-la mais bela, próspera e respeitada.

«No cumprimento nos nossos deveres para com a Pátria, devemos sempre prestar culto aos nossos Antepassados, que foram os criadores da nacionalidade, os defensores do nosso torrão natal. Essa homenagem aos nossos Avós, o reconhecimento pelos sacrifícios que fizeram, a admiração pelos factos gloriosos que praticaram, formam o laço que prende a vida nacional presente à vida histórica do Passado — a *Tradição*.

«Um povo de gloriosas tradições, como são as do Povo Português, tem o dever de honrar

o nome que herdou. A grandeza passada deve servir-lhe de estímulo, para, unido pelo sentimento nacional, forte pela vontade de todos os portugueses, saber impor Portugal ao aprêço e admiração do mundo civilizado.

«Ao sentimento do amor da pátria chama-se *patriotismo*. Mas o patriotismo, para ser uma virtude moral, tem de ser regulado pelo sentimento de justiça e de humanidade.

«Se o patriotismo fôr estreito, exclusivo, injusto, bárbaro, não será uma virtude, mas um vício.

«Por muito que amemos a nossa Pátria, não devemos desprezar nem odiar as outras, pois é o conjunto de tôdas as pátrias que constitue a Humanidade».

Os deveres do homem

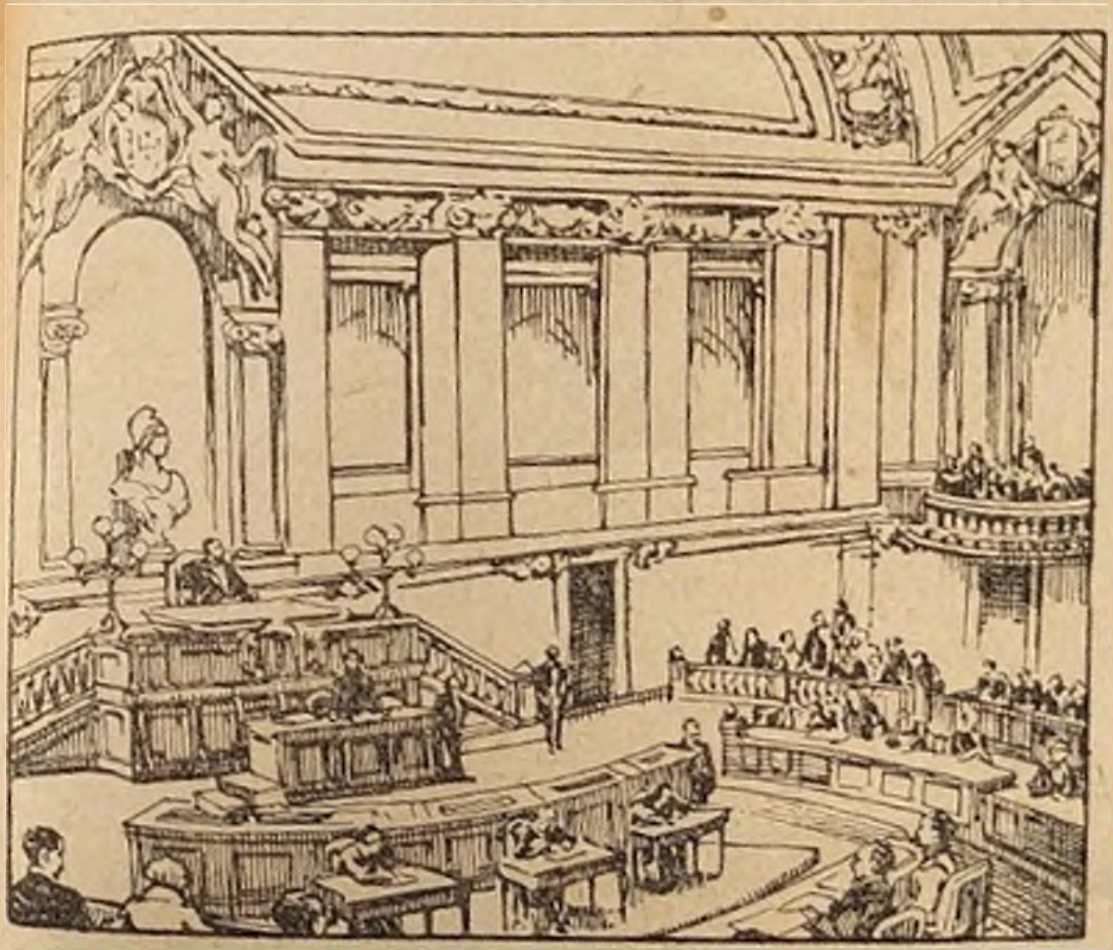
Resumindo os ensinamentos que ministrara a Pedro durante as quatro classes da escola, disse-lhe o professor:

— Toma bem nota dos deveres fundamentais do homem para com a Família, a Pátria e a Humanidade.

«**Para com a família** — Aos pais e avós devemos *amor, respeito, obediência, gratidão, auxílio, e consôlo, assistência nas doenças ou incapacidade física por desastre ou por velhice.*

«Aos irmãos devemos *amor recíproco, respeito aos mais vélhos, protecção aos mais novos, auxílio e lealdade a todos.*

«Aos serviçais domésticos devemos *delica-*



Assemblea Nacional

deza, tolerância, boas maneiras, dentro do justo e razoável.

«Aos condiscípulos devemos, acima de tudo, *bondade, o perdão das injúrias, franqueza, lealdade, bons exemplos.*

«**Para com a Pátria** — Em primeiro lugar amá-la, desejando vê-la, como te disse, cada vez mais engrandecida e próspera; e de-

fendê-la dos ataques dos seus inimigos, com sacrifício da própria vida. Mas o principal dever para com a Pátria consiste na obediência rigorosa às leis, que são a expressão da vontade geral duma nação. No entanto, embora submetendo-se às leis do seu país, todo o cidadão se deve esforçar por que sejam reformadas aquelas que lhe parecem más e injustas.

«**Para com a Humanidade** — São os deveres que temos para com todos os nossos semelhantes, e que se cifram nestes, ainda há pouco enumerados: *caridade, justiça, solidariedade*».

*
* *

Nos seus passeios diários o senhor Justino e Pedro viram os ministérios, as diversas repartições públicas, o edifício da Assemblea Nacional; e o professor, em lições sucessivas, foi-lhe ministrando os seguintes ensinamentos:

Noções elementaríssimas sôbre a organização política, administrativa e judicial de Portugal; a freguesia, o concelho, a comarca, o distrito, o Estado.

Portugal é um Estado, isto é, uma associação política de cidadãos, todos obedecendo ao mesmo regime.

O Estado português é uma **República unitária e corporativa,** baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de tôdas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas.

O nosso **Código Político,** ou *a lei fundamental do Estado*, é a **Constituïção Política da República Portuguesa,** aprovada em plebiscito nacional de 19-3-1933 e entrada em vigor em 11-4-1933, com as alterações constantes das leis n.^{os} 1.885, de 23 de Março, e 1.910, de 28 de Maio de 1935.

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

Da Soberania

A soberania reside em a Nação, e tem por órgãos o **Chefe do Estado,** a **Assemblea Nacional,** o **Govêrno** e os **Tribunais.**

Do Chefe do Estado

O Chefe do Estado é o **Presidente da República,** eleito pela Nação.

O Presidente é eleito por **sete anos.**

Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão português maior de **trinta e cinco anos,** em pleno gôzo dos seus direitos civis e políticos, que tenha tido sempre a nacionalidade portuguesa.

São inelegíveis para o cargo de Presidente da República os parentes até ao 6.º grau dos reis de Portugal.

Das atribuïções do Presidente da República

Compete ao Presidente da República:

Nomear o Presidente do Conselho e os Ministros, de entre os cidadãos portugueses e *demiti-los;*

Abrir solenemente a primeira sessão legislativa e cada legislatura e dirigir mensagens à Assemblea Nacional, endereçando-as ao Presidente;

Convocar extraordinàriamente, por urgente necessidade pública, a Assemblea Nacional, para deliberar sôbre assuntos determinados, e adiar as suas sessões, sem prejuízo da duração fixada para a sessão legislativa em cada ano;

Dissolver a Assemblea Nacional, quando assim o exigirem os interêsses superiores da nação.

Indultar e comutar penas. O indulto não pode ser concedido antes de cumprida metade da pena.

Etc.

Do Concelho de Estado

Junto do Presidente da República funciona o **Conselho de Estado**, composto dos seguintes membros:

1.º *O Presidente do Conselho de Ministros;*
2.º *O da Assemblea Nacional;*
3.º *O da Câmara Corporativa;*
4.º *O do Supremo Tribunal de Justiça;*
5.º *O Procurador Geral da República;*
6.º *Cinco homens públicos de superior competência*, nomeados vitalìciamente pelo Chefe de Estado.

DA ASSEMBLEA NACIONAL

A **Assemblea Nacional** é composta de **noventa deputados**, eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, durando o seu mandato **quatro anos.**

Ninguém pode ser ao mesmo tempo membro da Assemblea Nacional e da Câmara Corporativa.

As vagas que ocorrerem na Assemblea Nacional são preenchidas por eleição suplementar, expirando os novos mandatos com o têrmo da legislatura.

Dos membros da Assemblea Nacional

Os membros da Assemblea Nacional gozam das seguintes imunidades e regalias:

1.º *São invioláveis pelas opiniões e votos* que emitirem no exercício do seu mandato.

A inviolabilidade pelas opiniões e votos não isenta os membros da Assemblea Nacional da responsabilidade civil e criminal por difamação, calúnia e injúria, ultraje à moral pública ou provocação pública ao crime.

A Assemblea Nacional pode retirar o mandato aos Deputados que emitam opiniões contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou por qualquer forma incitem à subversão violenta da ordem pública e social.

2.º *Não podem ser jurados, peritos ou testemunhas* sem autorização da Assemblea;

3.º *Não podem ser nem estar presos* sem assentimento da Assemblea, excepto se o forem em flagrante delito, ou por crime a que corresponda pena maior ou equivalente na escala penal;

4.º *Têm direito a um subsídio.*

Das atribuïções da Assemblea Nacional

Compete à Assemblea Nacional:

Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las;

Vigiar pelo cumprimento da Constituïção e das leis;

Autorizar o Govêrno a cobrar as receitas do Estado e a pagar as despesas públicas;

Autorizar o Chefe do Estado a fazer a guerra e a fazer a paz;

Declarar o estado de sítio, com suspensão total ou parcial das garantias constitucionais, em um ou mais pontos do território nacional, no caso de agressão efectiva ou iminente por fôrças estrangeiras ou no de a segurança e a ordem pública serem gravemente perturbadas ou ameaçadas;

Conceder amnistias;

Etc.

Do funcionamento da Assemblea Nacional e da promulgação das leis

A Assemblea Nacional realiza as suas sessões em Lisboa e com a duração anual de **três meses** improrrogáveis, a principiar em 25 de Novembro de cada ano, salvo o disposto em casos especiais.

As sessões são públicas, salvo resolução, em contrário, da Assemblea ou do seu presidente.

Os projectos aprovados pela Assemblea Nacional são enviados ao Presidente da República, para serem **promulgados** como lei dentro dos quinze dias imediatos.

Da Câmara Corporativa

Junto da Assemblea Nacional funciona uma **Câmara Corporativa** *composta de representantes de autarquias locais e dos interêsses sociais,* considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica.

Compete à Câmara Corporativa **relatar** e **dar parecer** sôbre tôdas as propostas ou projectos de lei e sôbre tôdas as convenções ou tratados internacionais que forem presentes à Assemblea Nacional, antes de começar nesta a discussão.

As sessões da Câmara Corporativa não são públicas.

DO GOVÊRNO

O Govêrno é constituído pelo **Presidente do Conselho,** que poderá gerir os negócios de um ou mais Ministérios, e pelos **Ministros.** Os Ministros são dez: do **Interior,** da **Justiça,** das **Finanças,** da **Guerra,** da **Marinha,**

dos **Negócios Estrangeiros,** das **Colónias,** das **Obras Públicas e Comunicações,** da **Educação Nacional,** do **Comércio e Indústria** e o da **Agricultura.**

O Presidente do Conselho é nomeado e demitido livremente pelo Presidente da República.

Os Ministros e os Sub-Secretários de Estado, quando os haja, são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Presidente do Conselho, e as suas nomeações por êste **referendadas,** bem como as exonerações dos Ministros cessantes.

*
* *

Compete ao Govêrno:

Referendar os actos do Presidente da República;

Elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;

Superintender no conjunto da administração pública, fazendo executar as leis e resoluções da Assemblea Nacional, fiscalizando superiormente os actos dos corpos e corporações administrativas e praticando todos os actos respeitantes à nomeação, transferência, exoneração, reforma, aposentação, demissão

ou reintegração do funcionalismo civil ou militar, com ressalva para os interessados do recurso aos tribunais competentes;

Etc.

Cada Ministro é responsável política, civil e criminalmente pelos actos que legalizar ou praticar.

DOS TRIBUNAIS

A função judicial é exercida por *tribunais ordinários e especiais.*

São **tribunais ordinários:**

1.º *O Supremo Tribunal de Justiça;*

2.º *Os tribunais de 2.ª instância,* nos distritos judiciais do Continente e Ilhas Adjacentes e das Colónias;

3.º *Os tribunais judiciais de 1.ª instância,* nas comarcas de todo o território nacional.

A lei pode admitir *juízes municipais* de competência limitada, em julgados compreendidos nas comarcas.

São mantidos os *juízos de paz.*

Não é permitida a criação de tribunais especiais com competência exclusiva para julga-

mento de determinada ou determinadas categorias de crimes, excepto sendo estes fiscais, sociais ou contra a segurança do Estado.

O Estado é representado junto dos Tribunais:

1.º Pelo *Procurador Geral da República;*

Tribunal

2.º Pelo *Procurador da República* junto de cada Relação;

3.º Pelo *Delegado do Procurador da República* junto de cada tribunal de 1.ª instância;

4.º Pelos *representantes* legalmente designados junto dos tribunais especiais.

DAS CIRCUNSCRIÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS E DAS AUTARQUIAS LOCAIS

O território do Continente divide-se em **concelhos,** que se formam de **freguesias** e se agrupam em **distritos e províncias.**

Os *concelhos* de Lisboa e Pôrto subdividem-se em **bairros** e estes em freguesias.

Os *corpos administrativos* são as **câmaras municipais,** as **juntas de freguesia** e os **concelhos de província.**

DOS CIDADÃOS

Constituem **direitos e garantias individuais** dos cidadãos portugueses:

O direito à vida e integridade pessoal;

O direito ao bom nome e reputação;

A *liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas,* não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado dum direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico;

A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;

A liberdade de ensino;

A inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência;

A liberdade de escolha de profissão ou género de trabalho, indústria ou comércio;

Não ser privado da liberdade pessoal nem prêso sem culpa formada;

Não ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare puníveis o acto ou omissão;

Haver instrução contraditória, dando-se aos argüidos, antes e depois da formação da culpa, as necessárias garantias de defesa;

Não haver penas corporais perpétuas, nem a de morte, salvo, quanto a esta, o caso da beligerância com país estrangeiro, e para ser aplicada no teatro da guerra;

Não haver confisco de bens, nem transmissão de qualquer pena da pessoa do delinqüente;

Não haver prisão por falta de pagamento de custas ou selos;

A liberdade de reünião e associação;

O direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte, nas condições determinadas pela lei civil;

Não pagar impostos que não tenham sido estabelecidos de harmonia com a Constituïção;

O direito de reparação de tôda a lesão efectiva conforme dispuser a lei, podendo esta, quanto a lesões de ordem moral, prescrever que a reparação seja pecuniária;

O direito de representação ou petição, de reclamação ou queixa, perante os órgãos da soberania ou quaisquer autoridades, em defesa dos seus direitos ou do interêsse geral;

O direito de resistir a quaisquer ordens que infrinjam as garantias individuais, se não estiverem legalmente suspensas, *e de repelir pela fôrça a agressão particular,* quando não seja possível recorrer à autoridade pública;

Haver revisão das sentenças criminais, assegurando-se o direito de indemnização de perdas e danos, pela Fazenda Nacional, ao réu ou seus herdeiros;

A qualquer empregado do Estado, dos corpos e corporações administrativas ou de companhias que com um ou outro tenham contrato, *é garantido o direito ao lugar durante o tempo em que fôr obrigado a prestar serviço militar.*

DEVERES DOS CIDADÃOS

Os principais são:

1.º O de amar, honrar, engrandecer e defender a Pátria.

2.º O do respeito à Bandeira Nacional e às autoridades.

3.º O da obediência às leis.

4.º O do pagamento dos impostos.

5.º O da aceitação e desempenho honesto de cargos públicos.

6.º O do uso consciente e digno do voto.

7.º O do amor e protecção à instrução e do concurso para a beneficência e assistência pública.

8.º O do fomento à agricultura, ao comércio e à indústria.

9.º O da fiscalização austera dos actos dos governos e dos corpos administrativos.

10.º O da defesa dos interêsses superiores da localidade, da região e do Estado.

IMPOSTOS

O Estado proporciona aos cidadãos diversos benefícios, como os da instrução, beneficência, assistência, segurança, e presta-lhes nas melhores condições muitos serviços, como os dos correios e telégrafos, viação, etc., etc.

É assim obrigado a grandes **despesas,** para fazer face às quais precisa lançar **impostos** sôbre todos os cidadãos.

Há duas classes de impostos: os **directos e os indirectos.**

Os **directos** são os lançados imediatamente sôbre os rendimentos de cada um, e pagam-se **directamente** ao Estado nas **Tesourarias de Finanças** dos bairros e dos diversos concelhos.

Os principais são os seguintes:

A **contribuïção predial,** que é a que se paga pelos prédios rústicos ou urbanos (terras ou casas) que se possuam.

A **contribuïção industrial,** que é a que se paga pelo exercício da profissão ou indústria.

A **contribuïção sumptuária,** que é a que se paga pela posse ou fruïção de certos animais ou objectos de luxo, cavalos, carruagens, automóveis, bicicletas, etc.

A de **décima de juros,** que é a que incide sôbre os capitais postos a render.

E ainda: o **imposto profissional;** o **imposto sôbre aplicação de capitais;** o **imposto sôbre sucessões e doações;** a **sisa;** o **imposto de trânsito;** o **imposto sôbre acumulação de rendimentos;** etc., etc.

Os **indirectos** são os lançados mediatamente sôbre certos géneros, que são objecto de comércio, como o vinho, a aguardente, o azeite, as madeiras, os fósforos, os tabacos, etc.

Os principais são os seguintes:

Direitos sôbre a exportação de vinho e vários géneros; sôbre a exportação de madeiras em bruto; direitos de importação de cereais estrangeiros, fósforos, tabacos e outras mercadorias; impostos do pescado; imposto do sêlo; imposto sôbre operações bancárias; e, além disso, diversas **taxas e emolumentos,** como **taxa de salvação nacional; taxa militar; emolumentos das Secretarias do Estado; emolumentos consulares;** etc., etc.

Estes impostos são do Estado. Além dêstes, há os lançados ou cobrados pelas corporações administrativas, e que se dizem **distritais, municipais** ou **paroquiais,** conforme são lançados pelas **juntas gerais,** pelas **câmaras municipais** ou pelas **juntas de freguesia,**

e que também se dividem em **directos** e **indirectos.**

Os **directos** consistem numa certa **percentagem adicional às contribuïções directas do Estado** e em certas **contribuïções** lançadas imediatamente sôbre os contribuintes; os **indirectos** são aquêles com que são onerados mediatamente certos géneros e mercadorias a êles sujeitos.

Além disso, há também **taxas** e **emolumentos** diversos.

O valor moral e material das nossas colónias, devendo salientar-se a responsabilidade civilizadora de Portugal para com o seu Império Colonial.

— As nossas colónias são o testemunho da audácia e do heroísmo dos nossos antepassados, a obra gloriosa do nosso esfôrço e a prova da capacidade civilizadora da nossa raça.

Por elas, Portugal é ainda uma potência respeitável, e pode vir a ser uma das nações mais felizes, ricas e consideradas da Europa, se as souber conservar e valorizar, dando-lhes o desenvolvimento de que elas são susceptíveis.

Temos nos Açôres e na Madeira, em Cabo Verde, na Guiné, em S. Tomé e Príncipe, em Angola, em Moçambique, na Índia, em Macau e em Timor, um largo domínio, com uma superfície de mais de 2 milhões de quilómetros quadrados e uma população de cêrca de 11 milhões de habitantes.

Só Angola tem perto de quinze vezes a área de Portugal continental, e Moçambique tem quási nove vezes a mesma área.

Por tôda a parte grandes belezas naturais, magníficos portos e incalculáveis riquezas vegetais, animais e minerais.

Para com êsse grande património, que os nossos antepassados nos legaram, tem a mãi-Pátria grandes responsabilidades civilizadoras.

Felizmente que há a consciência dessa missão, galhardamente assumida.

Temos mostrado uma grande capacidade de realização, que em poucos anos tem transformado os nossos domínios ultramarinos, onde, à custa de todos os esforços e sacrifícios, se tem evidenciado uma acção notável e um decidido espírito de progresso.

Ali, e sobretudo em Angola e Moçambique, têm os portugueses um grande e magnífico campo de acção.

Todo aquêle que se vir forçado a emigrar do continente deve preferir as

nossas colónias aos países estrangeiros, procurando valorizá-las mais e mais, e estreitando os laços de afecto que nunca devem deixar de prendê-los à mãi-Pátria.

Como deve o cidadão português prezar o Brasil. Frisar a excepcional importância que êste país tem para Portugal, sob vários aspectos, não esquecendo que a língua portuguesa, por intermédio do Brasil, ocupa já um lugar de relêvo no mundo, ao lado do francês, do inglês e espanhol.

— O Brasil, que fica na América do Sul, foi descoberto e colonizado pelos portugueses, que, através de mil dificuldades, levaram a tôda a parte dêsse imenso, riquíssimo e formoso país a nossa língua, as nossas crenças e os nossos costumes.

Por mais de 300 anos foi colónia de Portugal.

Vicissitudes políticas, que são do domínio da História, fizeram que êle proclamasse a sua independência em 1822.

Mas, uma vez sôbre si, nunca se esqueceu de que era filho de Portugal, e aquêle filho ficou sempre de braços abertos para receber e estreitar os seus irmãos.

A nossa raça continuou lá o seu desenvolvimento; lá nos ficou sempre assegurado o carinho e simpatia; lá nos ficou sempre aberto um enorme campo de acção. Tem sido para os portugueses uma segunda Pátria.

As suas enormes riquezas ofereceram-se, sem esquivança, à nossa participação, e foram sempre grandes, e são-no ainda, os recursos que de lá nos têm vindo e continuam a vir.

País moço e de notáveis energias, progrediu ràpidamente; e hoje ocupa um lugar distinto no concêrto das nações.

A nossa língua, que lá tem esmerados cultores, foi sempre e é a sua língua; e, por seu intermédio, tem sido o idioma oficial em alguns congressos realizados noutros países; e, tendo sido introduzido o seu ensino em algumas universidades estrangeiras, começa a vulgarizar-se e a conquistar um lugar de honra na civilização mundial, ao lado das línguas mais conhecidas, como o francês, o inglês e o espanhol.

Assim, pela língua, pela raça, pela mentalidade, pela civilização, pelos sentimentos, pelos costumes, o Brasil pode considerar-se o admirável prolongamento da nossa Pátria além Atlântico, onde milhares de portugueses mourejam conquistando riquezas, que vêm fomentar as nossas, sendo o ouro que todos os dias

vem de lá um importante factor do equilíbrio no movimento da nossa balança económica.

Por tudo isto, a República Irmã, como a dizemos, merece bem o nosso aprêço e o nosso afecto; devemos ver nela motivos de orgulho, por ter sido outrora obra do nosso esfôrço, e um motivo de desvanecimento, por termos continuado e ampliado a nossa admirável obra de civilização.

O CULTO DA BANDEIRA NACIONAL

— Por convenção unânime entre os povos, cada nação é simbolizada pela respectiva bandeira.

Assim, a nossa — **vermelha e verde,** tendo ao centro a **esfera armilar,** que representa as terras descobertas e conquistadas pelos Portugueses — é o emblema da Pátria e o símbolo da nossa independência.

Cumpre que lhe prestemos culto enternecido, descobrindo-nos e perfilando-nos em continência à sua passagem, e que por ela sacrifiquemos a vida, se preciso fôr, para a defender nos campos de batalha.

Com o mesmo respeito devemos também ouvir **A Portuguesa,** que a República escolheu para **Hino Nacional.**

O culto da Bandeira

MÁXIMAS

Eis a Bandeira. Descubramo-nos. É a Pátria que passa.

Todo o patriota deve saber morrer para defender a sua Bandeira.

*
* *

O Senhor Justino, não podendo ainda adivinhar a vocação do seu filho adoptivo, matriculou-o no liceu, que era o caminho aberto

para a carreira que mais tarde fôsse da sua predilecção.

Tendo Pedro feito exame de quinto ano, o professor observou que o desejo do seu amiguinho era ser engenheiro e matriculou-o no curso de Ciências.

O Senhor Justino teve ainda vida e saúde para fazer do seu protegido um homem, como desejava seu infeliz pai, como êle também queria ardentemente.

O nosso estudante fêz o curso secundário e o superior com muito brilho, obtendo altas e honrosíssimas classificações.

A profissão de engenheiro é nobre e das que mais concorrem para a prosperidade duma nação e de todos os povos.

Pedro é hoje o amparo da sua vélha mãi e um homem em tôda a acepção da palavra: vigoroso, activo, inteligente, bondoso, trabalhando dedicadamente pelo bem do próximo, da sua Pátria e da Humanidade.

OS PORTUGUESES E O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Portugal, que durante os séculos XV e XVI foi uma grande potência, a-pesar-de ter perdido uma boa parte do seu vastíssimo império, possue ainda extensos territórios na África e na Ásia.

Durante o período liberal raras vezes se cuidou dêsses restos do Império Português com o amor e carinho que lhes é devido, por estarem cimentados com o sangue de milhares de portugueses, mortos em todos os cantos da terra em defesa da fé e da civilização. Houve, todavia, homens que se interessaram pela sorte dos indígenas e pelo desenvolvimento material das possessões ultramarinas. Não se devem esquecer os nomes de **Sá da Bandeira,** o herói das guerras da liberdade, **Mousinho de Albuquerque** comissário régio em Moçambique depois de naquela

possessão se ter valentemente batido pela consolidação do domínio português, e alguns mais que ainda vivem.

No período lamentàvelmente revôlto de 1910 a 1926 pouco se fêz pelas nossas possessões e foi só depois que o **doutor Oliveira Salazar** tomou conta da Presidência do Conselho de Ministros que se principiou a olhar a valer pelos nossos vastíssimos territórios ultramarinos.

A promulgação do Acto Colonial em 1933 vem abrir novos horizontes em proveito do Império.

Assim, por êsse diploma, o Estado assegura a *protecção e a defesa aos indígenas coloniais, segundo os princípios da humanidade e da soberania, e as autoridades coloniais devem impedir e punir segundo a lei* **todos os abusos cometidos contra as pessoas e os bens dos indígenas;** *funda instituïções públicas e anima a fundação de instituïções particulares a favor dos direitos dos indígenas ou para a assistência aos mesmos; garante a estes a propriedade*

e a posse das suas terras e culturas; garante-lhes a remuneração pelos serviços que prestem ao Estado ou aos corpos administrativos; assegura-lhes inteira liberdade de cultos e de consciência, embora restringidos ao que importa pelos direitos e interêsses da soberania de Portugal; e acima de tudo concede às **Missões Religiosas** *do ultramar personalidade jurídica, auxiliando e protegendo os seus institutos de ensino.*

As **Missões Religiosas** devem-nos merecer o maior respeito, e todos devemos contribuir, na medida das nossas fôrças, para a sua sustentação.

Com efeito, são elas que se interessam pelos sertões para catequizarem os indígenas e trazê-los às ideas civilizadoras, ao culto e à prática das virtudes cristãs, e aos benefícios da civilização, arrancando-os à superstição, em que nascem e vivem, ensinando-os a ler e a escrever, a trabalhar nas artes e ofícios praticados pelos brancos, e sobretudo mostrando-lhes que são **homens** e que

como homens devem proceder. De facto, o Estado Português garante aos indígenas do seu Império **igualdade de direitos** de que os brancos usufruem. Um indígena dos territórios de Portugal pode pelo estudo vir a ser médico, advogado, *oficial do Exército* ou *funcionário público,* exactamente como qualquer outro português. *Em nenhum outro estado colonial se dá o mesmo caso,* não sendo possíveis em territórios de Portugal as lamentáveis lutas de raça que se dão por êsse mundo. E deve-se isto ao *espírito cristão das Missões Religiosas* que pela sua acção civilizadora têm trazido os indígenas a gozar os benefícios da nossa civilização.

Todavia, para que isso se tornasse possível e que milhões de indígenas bemdigam hoje o nome de Portugal, ¡foi necessário que alguns rapazes deixassem pai, mãi, amor de família, tôdas as alegrias da mocidade, todos os prazeres e renunciassem a carreiras brilhantes e se devotassem, de corpo e alma, à catequização do indígena por amor de Deus e

Portugal! E êsse sacrifício é tanto mais para admirar quanto êsses homens, armados apenas com a sua coragem de apóstolos, têm de viver longe de todos os centros civilizados, isolados no sertão, no meio de uma natureza inclemente, sofrendo temporais, doenças, assaltos das feras e até dos indígenas, incapazes de compreenderem tôda a beleza da sua abnegação e tôda a grandeza do seu sacrifício.

Devemos, pois, orgulhar-nos do nosso Império de tão grande extensão, devemos amá-lo e desejá-lo próspero, mas não devemos esquecer os seus melhores obreiros — os **Missionários.**

ÍNDICE

PRIMEIRA CLASSE

	Pág.
A entrada na aula	3
A recompensa	6
Para ser homem	10

SEGUNDA CLASSE

O filho adoptivo	19
Máximas	27

TERCEIRA CLASSE

Em família	29
O indivíduo	30
O homem social	35

QUARTA CLASSE

Em viagem	43
O carácter	45
A consciência moral	46
Um ideal	47
Pensamentos	48
Caridade e justiça	49
A solidariedade	51
Os vícios do homem e as virtudes contrárias	54
A sociedade humana:	
Família, Pátria, Humanidade	56
Os deveres do Homem	58

PÁG.

Noções elementaríssimas sôbre a organização política, administrativa e judicial de Portugal; a freguesia, o concelho, a comarca, o distrito, o Estado 60
Da organização política do Estado:
Da Soberania 61
Do Chefe do Estado. 62
Das atribuïções do Presidente da República . 62
Do Conselho de Estado. 63
Da Assemblea Nacional 63
Dos membros da Assemblea Nacional . . . 64
Das atribuïções da Assemblea Nacional . . 65
Do funcionamento da Assemblea Nacional e da promulgação das leis 65
Da Câmara Corporativa 66
Do Govêrno 66
Dos tribunais 68
Das circunscrições políticas e administrativas e das autarquias locais 70
Dos cidadãos 70
Deveres dos cidadãos. 73
Impostos 74
O valor moral e material das nossas colónias, devendo salientar-se a responsabilidade civilizadora de Portugal para com o seu império colonial 76
Como deve o cidadão português prezar o Brasil. Frisar a excepcional importância que êste país tem para Portugal, sob vários aspectos, não esquecendo que a língua portuguesa, por intermédio do Brasil, ocupa já um lugar de relêvo no mundo, ao lado do francês, do inglês e espanhol. 78
O culto da Bandeira Nacional 80
Máximas 81
Os portugueses e o império colonial português. . 83

Editora **Educação Nacional**

Rua do Almada, 125 — Pôrto

Série Escolar Educação de António Figueirinhas

Livro de Leitura — 1.ª classe — Autorizado para 1937-38	2$50
Livro de Leitura — 2.ª classe — Autorizado para 1937-38	3$00
Livro de Leitura — 3.ª classe — Autorizado para 1937-38	4$50
Livro de Leitura — 4.ª classe — Autorizado para 1937-38	5$00
Gramática Portuguesa — Autorizado para 1937-38	3$50
Ciências — Autorizado para 1937-38	3$00
Geografia — Autorizado para 1937-38	3$50
Geometria — Autorizado para 1937-38	2$00
Aritmética — Para tôdas as classes — Autorizado para 1937-38	4$00
História Pátria — Autorizado para 1937-38	3$50
Redacção	4$00
Moral e Educação Cívica	3$00
A B C	1$50
Desenho — Para tôdas as classes	3$50
Caderno de Exercícios e Problemas — 2.ª classe	2$50
Caderno de Exercícios e Problemas — 3.ª classe	2$50
Caderno de Exercícios e Problemas — 4.ª classe	2$50
Método Simples de Escrita Direita — Colecção de 3 cadernos, cada	$50
Tabuada	$30
Caderno Escolar — Modêlo J	1$00

Livro dos Professores Romeu Pimenta e Domingos Evangelista

Livro de Leitura — 1.ª classe — Autorizado para 1937-38	3$00
Livro de Leitura — 2.ª classe — Autorizado para 1937-38	3$50
Livro de Leitura — 3.ª classe — Autorizado para 1937-38	5$00
Livro de Leitura — 4.ª classe — Autorizado para 1937-38	5$00

Romeu Pimenta

Leitura Inicial	2$50

Tip. Bequeira, Limitada — Pôrto